

Vida agitada

Em frente ao parque Ibirapuera, no Palácio 9 de Julho, paulistas encontram espaço para debater livremente preocupações e anseios



As instalações da Assembléia Legislativa são usadas por diversos setores da sociedade civil para manifestar apoios ou descontentamentos. Em junho de 2005, funcionários da Febem (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor) protestaram contra demissões na instituição e chegaram a acampar por vários dias nas redondezas do Palácio 9 de Julho

Em uma sociedade democrática, antes de mais nada, o Parlamento é um local para que as diversas opiniões da sociedade, as várias interpretações da realidade, se confrontem para estabelecer o que é mais adequado ao interesse público, que garanta o bem-estar coletivo.

Considerar que o Poder Legislativo deva ser uma máquina de formular e votar projetos, sem dúvida, é uma visão reducionista do papel da instituição e das atividades de seus agentes políticos.

É preciso compreender que a legitimidade da instituição política não está assegurada apenas pelo voto do eleitor. Ela também se consubstancia na capacidade de os representantes ouvirem os seus representados, e na disposição destes de exporem aos parlamentares as questões que os preocupam, os interesses que desejam ver realizados e as metas cujo cumprimento é esperado.





► Em São Paulo, parcelas significativas da sociedade civil organizada perceberam que uma das formas de colocar os deputados em contato com as temáticas de seu interesse é buscar a Assembléia Legislativa. E já a transformaram em um espaço real de discussão. Só em 2005, a Assembléia Legislativa abriu suas dependências para que as mais variadas entidades representativas promovessem aproximadamente mil horas (ou 42 dias ininterruptos) de reuniões, seminários, encontros e outros tipos de evento para tratar de questões que consideram prioritárias para a melhoria das condições de vida das pessoas. O número dessas atividades cresceu 88% em relação ao ano anterior.

Se alguém precisa de agito, é só passar diariamente nos auditórios do Palácio 9 de Julho, em frente ao parque Ibirapuera, em São Paulo, para um debate acalorado, participar de uma homenagem, questionar e ser questionado. O participante das platéias desses eventos tem acesso a informações das mais variadas possíveis –de psoríase à condição das águas da bacia do Guarapiranga, da organização dos músicos à questão do abuso e exploração sexual infanto-juvenil, da intolerância religiosa à discriminação sofrida pela população homossexual, por exemplo. Não pense que ocorre só discussão na sede da Assembléia Legislativa. De re-

penite, você pode encontrar skatistas e surfistas sendo homenageados, índios promovendo manifestações culturais, representantes dos mais diferentes credos religiosos expressando a fé, um concerto de música clássica ou a abertura de uma exposição de artes plásticas no espaço cultural da Casa. Quem quiser saber o que se passa na Casa todo dia pode acessar o endereço da internet www.al.sp.gov.br verificar a agenda logo na página de abertura do portal da Assembléia. Os palácios, em geral, são sinônimos de exclusão, uma vez que estão associados à aristocracia, à realeza, ao acesso para poucos. O “9 de Julho”, ao contrário, é para todo mundo. ■

Sem censura

Desde 9 de março último, foram 35 sessões, mais de 35 horas de manifestações livres, sem apartes. Mais de 400 pessoas já ocuparam o microfone da tribuna livre para denunciar, criticar, apresentar sugestões e reivindicações. As autoridades públicas são o principal alvo dos manifestantes. A Assembléia Popular é um espaço para que o cidadão opine livremente sobre assuntos de interesse da população. Foi criado por meio de projeto de autoria do deputado

Enio Tatto (PT) com o apoio de seus 93 colegas. “Muitas vezes prefeitos, vereadores, representantes sindicais e pessoas ligadas a movimentos populares vêm à Assembléia e não têm canais para expressar sua opinião, já que nas comissões e audiências públicas a participação é limitada”, declara Tatto ao comentar os motivos que o levaram a formular o projeto. Todas as quartas-feiras, das 12h às 13h, qualquer pessoa pode ocupar a tribuna do auditório Franco Montoro, do Palácio 9 de Julho,

para “soltar o verbo”. São assegurados de 10 minutos para cada orador, sem direito a ser interrompido para comentários de outros participantes. A Assembléia Popular é transmitida ao vivo pela TV Assembléia. Para ter direito à palavra, basta se inscrever 15 minutos antes do início da sessão e assinar um termo se responsabilizando civil e criminalmente pelas opiniões dadas. O deputado Tatto considera que esta iniciativa do Parlamento paulista é, “sem dúvida, um ganho para a população. Ganha com isso a democracia, ganhamos com isso todos nós, ao assegurarmos mais esse espaço democrático da Assembléia Legislativa de São Paulo”. O presidente da Assembléia Legislativa, deputado Rodrigo Garcia (PFL), por sua vez, destaca que o caráter democrático das reuniões que vêm sendo realizadas no Parlamento paulista permite que diversos temas abordados, por sua importância, “possam, muitas vezes, ampliar a atuação parlamentar”. Para o presidente, é a sociedade que fiscaliza o poder público, o que valoriza o comparecimento de cidadãos na Assembléia Popular.



O deputado Enio Tatto (PT) dirige sessão da Assembléia Popular, em 29 de junho de 2005, que contou com a presença de vários representantes de entidade de professores aposentados da rede estadual de ensino